



Número: **0012468-95.2019.8.17.2001**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **3ª Câmara Cível - Recife**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes**

Última distribuição : **19/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Processo referência: **0012468-95.2019.8.17.2001**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (REPRESENTANTE)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
GLEICILANE DA SILVA DE LIMA (REPRESENTANTE)		RUI DE ALBUQUERQUE FILHO (ADVOGADO)	
Coordenação da Central de Recursos Cíveis (PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL - CENTRAL DE RECURSO)			
Coordenação das Procuradorias Cíveis (PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL - TJPE RECIFE)			
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (ASSISTENTE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7855158	28/07/2019 11:58	Contrarrazões à Apelação	Contrarrazões

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE RECIFE/PE**

Processo nº: 0012468-95.2019.8.17.2001

DANIEL LUIZ LIMA DE SOUZA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de sua advogada legalmente constituída que a esta subscreve, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO

conforme os termos adiante articulados.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Recife, 28 de julho de 2019.

RAISSA SIMÕES DE ALBUQUERQUE
OAB/PE 41.457

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO – TJPE**

CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO

Colenda Câmara,

Doutos Julgadores,

I – DA TEMPESTIVIDADE

A apelação aqui hostilizada foi interposta em 23.07.2019, sem que tenha havido, até o momento, expedição de intimação para apresentação de contrarrazões. Assim, a contrarrazão aqui apresenta preenche o requisito extrínseco da tempestividade.



II – SÚMULA DOS FATOS

Trata-se de Apelação interposta em face de sentença que julgou parcialmente procedente o pedido de pagamento de diferença de indenização de seguro obrigatório DPVAT em favor do ora apelado, no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A seguradora recorrente opôs Embargos de Declaração alegando omissão quanto ao pedido de intimação do Ministério Público, tendo em vista a existência de menor civilmente incapaz.

Aos Aclaratórios, foi negado provimento sob o fundamento de que não estavam configuradas nenhuma das hipóteses de cabimento do recurso apresentado. A sentença pontuou ainda que a atuação do Ministério Público se daria em proteção do incapaz, motivo pelo qual, eventual prejuízo deveria ser alegado apenas e tão somente pelo polo ativo da lide.

Irresignada, a parte ré atravessou a Apelação. Entretanto, o recurso interposto não merece guarida.

III – DO DIREITO

No que pese a previsão legal de necessidade de intervenção do órgão ministerial em processos em que existam interesse de incapaz, a sentença prolatada, de fato, não causou, e não havia como causar, qualquer prejuízo ao menor, posto que lastreada em conclusão de laudo pericial produzido judicialmente, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

Desse modo, observa-se que não houve a caracterização de nulidade que venha a macular a tramitação do feito.

IV – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer que seja negado provimento ao recurso, com a manutenção *in totum* da sentença prolatada.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Recife, 28 de julho de 2019.

RAISSA SIMÕES DE ALBUQUERQUE

OAB/PE 41.457



